

O nascimento do conceito husserliano de fenômeno¹

Carlos Alberto Ribeiro de Moura

Universidade de São Paulo – USP

RESUMO

Husserl situa “por volta de 1898” a introdução da noção de ‘fenômeno’ em sua filosofia. Se uma das tarefas da história da filosofia é circunscrever os problemas que deram origem à criação de um novo conceito em alguma doutrina, o objetivo deste artigo é investigar quais dificuldades suscitarão a invenção da ideia de ‘fenômeno’ na filosofia husserliana.

PALAVRAS-CHAVE

Fenômeno; Intuição; Conceito; Linguagem.

ABSTRACT

Husserl places “around 1898” the introduction of the notion of ‘phenomenon’ in his philosophy. If one of the tasks of the history of philosophy is to circumscribe the problems which originated the creation of a new concept in some doctrine, the purpose of this paper is to investigate what difficulties had roused the invention of the idea of ‘phenomenon’ in the husserlian philosophy.

KEY WORDS

Phaenomenon; Intuition; Concept; Language.

¹ Aula ministrada como “prova oral pública de erudição” em concurso de titularidade no Departamento de Filosofia da USP, em 2010. Uma primeira versão foi publicada na Revista *Phainomenon* 18/19, Lisboa, 2011.

I.

Comentando a história e a pré-história da fenomenologia em *A crise das ciências europeias e a fenomenologia transcendental*, Husserl assegura que nunca, antes de suas *Investigações lógicas*, a correlação entre o mundo, por um lado, e seus “modos subjetivos de doação” ou “fenômenos”, por outro, tinha suscitado o “espanto” filosófico, com a conhecida e lamentável exceção da sofística, que lançara mão dessa correlação, mas apenas como “motivo de uma argumentação cética” (Husserl, 1962, p. 168). E ali a tarefa da filosofia será apresentada por Husserl como sendo aquela de explorar, antes de tudo, aquilo que “está na cara” de qualquer um, a saber, “evidência ingênua” segundo a qual cada um vê as coisas tais como estas lhes *parecem*, mostrando então como esta “ingenuidade” recobria um domínio de “verdades surpreendentes”, que jamais entraram no “campo de visão” da filosofia. E Husserl datará “por volta de 1898”, quando trabalhava em suas *Investigações lógicas*, a primeira “abertura” a este *a priori* da correlação entre “objeto de experiência” e seus “modos de doação”, algo que o teria afetado tão profundamente, confessa, que desde então o trabalho de sua vida teria sido o de explorar esta correlação (*Ibid.*, p. 169).

Ora, se é óbvio que a noção de “fenômeno” não é congênita à ideia de “intencionalidade”, já presente na obra de Husserl desde a *Filosofia da aritmética*, de 1890, mas se entrelaçou a ela apenas *post festum*, uma das tarefas da história da filosofia é circunscrever quais foram os problemas que motivaram a criação de um novo conceito numa doutrina. Assim sendo, que dificuldades suscitaram a introdução da ideia de “fenômeno” na filosofia de Husserl? Este nascimento do conceito husserliano de “fenômeno” é algo que diz respeito tanto aos atos intuitivos da consciência quanto à sua linguagem, já que, como Husserl sublinhará, o “fenômeno subjetivo” ou “noema” não é senão “a generalização da ideia de significação para o domínio completo dos atos” (Husserl, 1971, p. 89). Mas, então, qual teria sido o caminho que levou da “evidência ingênua”, segundo a qual vemos as coisas tais como estas nos *parecem*, às assim chamadas “verdades surpreendentes” da fenomenologia?

II.

Nas *Investigações lógicas*, Husserl já estabelecia uma equivalência entre o “fenômeno subjetivo”, em sua primeira versão, ainda exclusivamente noética, e as “significações” da linguagem. Se nossas intenções se diferenciam em perceptivas, imaginativas ou significativas, isso se dá graças aos componentes “não essenciais” dos atos, aqueles que podem exceder o visar meramente vazio e conferir “plenitude” a certos atos. Mas todos os atos têm em comum os seus componentes “essenciais”, sem os quais nem haveria intencionalidade, a saber, a matéria e a qualidade. Se a “qualidade”

aponta para o caráter posicional do ato, a matéria é o “conteúdo” do ato, o que atesta a diferença entre “sentido” e “objeto”. Por isso mesmo, ainda seria muito vago e abstrato afirmar que a matéria dá ao ato a sua direção a um determinado objeto. O mais importante é que a matéria dá ao ato uma referência ao objeto “com uma determinação tão perfeita” – assegura Husserl – “que fica determinado não apenas o objeto em geral, que o ato visa, mas também o *modo como* ele o visa” (*Ibid.*, p. 429). Assim, as representações “triângulo equilátero” e “triângulo equiângulo” se dirigem ao mesmo objeto, mas cada uma delas tem um “conteúdo” ou “matéria” distinta. A matéria determina como o ato apreende o objeto, com quais marcas distintas, relações e formas categoriais. Por isso, ela será caracterizada como o “sentido” da apreensão objetiva. Como o “conteúdo” pode permanecer o mesmo em atos de “qualidades” distintas, a matéria é o essencial do fenômeno. O “fenômeno” aponta para uma espécie de intenção significativa, acrescida do momento da intuitividade, o que o transforma em “sentido impletivo”. Se no plano da linguagem a significação é a “espécie” ou essência da matéria do ato significativo, seu equivalente no domínio intuitivo será concebido em estrito paralelismo com o domínio da linguagem. No “conhecimento”, tal como Husserl o decifra, são as matérias dos atos significativos e intuitivos que chegam à “coincidência”, se nos dois lados o objeto é visado ou dado no mesmo “como” (*Id.*, 1984a, p. 625).

Esta equivalência entre o “fenômeno” nos atos intuitivos e a “significação” nas expressões linguísticas será reafirmada quando Husserl introduzir os conceitos “ônticos” de significação e de fenômeno. Doravante, se no plano das expressões linguísticas a significação é o correlato do ato de significar, e não apenas a essência deste ato, como nas *Investigações lógicas*, Husserl assegura que se deve reconhecer a existência de um “análogo” da “significação ôntica” na esfera da percepção e da simples intuição (Husserl, 1987, p. 188). Assim, se os termos “significar” e “significação” se referem originalmente à esfera da expressão linguística, Husserl reclamará a necessidade de se ampliar o campo de aplicação dessas palavras, para que elas recubram todos os atos, independentemente de seu entrelaçamento a atos expressivos, no seu sentido estrito. E reservará a palavra “significação” para o domínio da expressão linguística, deixando a palavra “sentido” para os demais atos da consciência (*Id.*, 1950, p. 304). Doravante, a diferença entre “conteúdo” e “objeto” vale não apenas para os vividos, mas também para o noema tomado em si mesmo. Todo noema tem seu “sentido”, e se refere, por meio dele, ao “seu” objeto (*Ibid.*, p. 316). Esse sentido é o objeto no *como* de suas determinabilidades. Mas, se todo ato “objetivante” tem como correlato uma significação, resta que nem todo ato traz consigo um fenômeno (*Erscheinung*). Além do sentido, o fenômeno envolve ainda o momento da intuitividade. Por isso, Husserl dirá que o “núcleo pleno” do noema é o “sentido” no

modo de sua “plenitude”. Estes “núcleos plenos” designam os “modos de aparição subjetivos” do objeto (*subjektiven Erscheinungsweisen*) (*Ibid.*, p. 329-30).

Esta distinção necessária entre “conteúdo” e “objeto” será contemporânea de uma indissociabilidade entre ambos, seja no plano da linguagem, seja no dos atos intuitivos da consciência. Assim, na esfera da expressão linguística, nós sempre devemos diferenciar o “objeto” de suas “significações”, distinguindo cuidadosamente entre o objeto “puro e simples”, o objeto *que é* significado (Napoleão) e os *modos como* ele é significado (o vencedor de Iena, o vencido de Waterloo) (*Id.*, 1987, p. 28). Quando me refiro ao vencedor de Iena ou ao vencido de Waterloo, o meu “tema” é, a cada vez, distinto. Mas esse tema não é o objeto “puro e simples”, que nunca está, “ele mesmo”, diante dos olhos de ninguém. Só podemos nos dirigir ao objeto nomeado através de alguma significação. A pessoa que é representada como “o vencedor de Iena” ou como “o vencido de Waterloo”, ou através de inúmeras outras representações, não pode ser apreendida sem algum modo determinado de significação (*Ibid.*, p. 41). Por isso, não temos *duas* coisas diante de nós, o objeto e a significação. O objeto está *no* significar, ele não é nada *ao lado* das significações. Ele é apenas o “idêntico” significado sempre em um *modo* determinado (*Ibid.*, p. 48). E, se o domínio da expressão linguística reenvia à esfera dos atos intuitivos, nestes a mesma estrutura se repete. Se dizemos que as intuições colocam o objeto diante de nosso olhar, resta que as intuições não são os objetos intuídos, mas “representações” desses objetos, e na esfera intuitiva só encontramos “representações”. Em nossa vida perceptiva, se o “objeto” tem que ser necessariamente diferenciado de seus predicados noemáticos, ele não pode ser colocado “ao lado ou separado” desses predicados. Ele será o X idêntico e *vazio* de seus múltiplos predicados (*Id.*, 1950, p. 320-21). Por isso, nas suas *Lições sobre coisa e espaço*, de 1907, Husserl sublinha que, se é certo que sempre devemos distinguir o “fenômeno” (*Erscheinung*) daquilo que, através dele, se “fenomenaliza”, resta que o fenômeno não se separa da coisa como algo de “segundo”, que estaria simplesmente *ao seu lado*. Ao contrário, o fenômeno entra em cena como “assunto” da própria coisa, como algo que lhe *pertence*, visto que a coisa só está aí nele e com ele (Husserl, 1973, p. 145). Se o *Abschattung* do lado visto do objeto é algo de “subjetivo”, se ele é “meu” fenômeno perceptivo, se ele me pertence, enquanto ocupo tal ou tal lugar em relação à coisa, ele também é algo de “objetivo”, pertence à coisa que nele se fenomenaliza e vem à doação (*Ibid.*, p. 148).

III.

Esta indissociabilidade entre o “subjetivo” e o “objetivo” era recusada expressamente por Husserl, em textos de 1893 e 1894. Nesses anos, Husserl opunha, peremptoriamente, as “circunstâncias subjetivas do ver” à “unidade objetiva da coisa”. Quando passeava o olhar sobre seu tinteiro, fixando ora um de seus lados, ora outro, Husserl observava que à variação dos “pontos de vista subjetivos” correspondia uma variação dos “conteúdos” observados. Mas essa variação ainda não dizia respeito à “perspectiva”, apenas à “nitidez” (*deutlichkeit*) com que se apreende o objeto, pois para cada parte e cada marca distintiva da coisa há sempre um “ponto de vista” em que podemos apreendê-la “melhor” (*Id.*, 1979, p. 274). Se cada apreensão parcial capta a coisa de um “ponto de vista” particular, todavia, é algo de “mesmo” que é dado a cada etapa, não subjetivamente, mas objetivamente. E, se as “circunstâncias subjetivas do ver” não se fundem com os conteúdos parciais, a cada vez dados, mas aparecem antes como o “simples subjetivo” por oposição ao “objetivo”, isso acontece por duas razões complementares. Em primeiro lugar, do ponto de vista da “psicologia descritiva”, que é aquele do Husserl de então, se as “circunstâncias subjetivas” são certamente fenômenos de consciência, resta que elas não são o “objeto” do observar primário, dirigido ao tinteiro. As “circunstâncias”, enquanto momentos que não atraem a “atenção”, não passam de *fringes*, no sentido de William James. Em segundo lugar, essas *fringes* só se destacam, na análise psicológica, como um “acompanhante não-real” (*unreal*). Assim, para o Husserl de então, se é certo que as *fringes* contribuem para a formação da “consciência de identidade”, é certo *também* que elas “não pertencem ao ‘conteúdo’, elas não pertencem à ‘coisa’, à qual só pertence o observado primário e o intencionado” (*Ibid.*, p. 283). O Husserl desses anos namorava o “objetivismo”, para flertarmos com o vocabulário da *Krisis*: o “subjetivo-relativo” era, para ele, algo a ser sempre “ultrapassado”.

Neste momento, Husserl já trabalhava com as noções de “intenção” e de “intuição”, e também com o entrelaçamento entre ambas, no “preenchimento”. Mas ele ainda não conhecia o “fenômeno”, sua filosofia não era uma “fenomenologia”. A “intuição”, no seu “sentido originário” era então apresentada como sendo o fato de “ver” um objeto. Ou antes, como o fato de ver um dos “lados” do objeto. E este lado seria apresentado pela intuição numa espécie de presença bruta, sem a mediação daquilo que, posteriormente, será a “perspectiva”. A intuição era descrita, então, como uma “representação própria”, que efetivamente apresenta seu objeto diante de nós, de tal maneira que é o objeto “ele mesmo” o substrato da atividade psíquica (Husserl, 1979, p. 103). Esse objeto nunca é apresentado em um “como” determinado e variável. O imediatamente dado é apenas o “lado” do objeto, enquanto o verdadeiro “fenômeno estético” não será o “lado”, mas o lado no modo *como* ele aparece (*Id.*, 2004, p. 209).

E esta intuição, no seu sentido “estrito” ou “originário”, não tinha para o Husserl de então nada de “intencional”, muito pelo contrário. Se, nesses anos, “simplesmente intencional” significava “tender, por meio de não importa quais conteúdos dados à consciência, para outros conteúdos não dados, visá-los, reenviar a eles de maneira compreensiva” (*Id.*, 1979, p. 107), então “intuir” era o oposto mesmo de “intencional”. Se na “percepção momentânea” a intuição me apresenta, nua e cruamente, um “lado” do objeto, a intencionalidade entrará em cena apenas para dar conta do reenvio do lado dado do objeto aos seus lados não dados. A percepção momentânea é um misto de intuição e intenção, mas estas são formas de “representação” absolutamente distintas entre si: elas se distanciam como a representação “própria” da “imprópria”, a representação “imediata” da “mediata” (*Ibid.*, p. 103).

Nesses anos juvenis, Husserl considerava plenamente aceitável a ideia de uma doação “completa” ou “adequada” da coisa percebida. Se, numa “percepção momentânea”, existe sempre a cisão entre intuição e intenção, entre a doação plena de um lado do objeto e o reenvio intencional do lado dado aos lados não dados, tudo será diferente numa “percepção contínua”, que é, aliás, a forma “usual” de nossa vida perceptiva. Se a coisa “ela mesma” é aquela considerada de “todos os lados”, então teremos a “intuição” de um objeto espacial quando intuirmos tudo o que dele se tem para intuir, quando o considerarmos de “todos os lados” (*Ibid.*, p. 273). E, se não há ato “momentâneo” que apreenda as diversas partes do objeto como efetivamente “presentes”, resta que em uma “percepção contínua”, cujo percurso é então compreendido por Husserl como sendo por princípio finito, essa apreensão completa do objeto é sempre possível. Ao considerar uma coisa em seus diferentes lados, intuo todas as suas partes e todos os seus momentos. Tenho a cada passo apreensões novas, mas elas formam uma unidade interna, uma consciência contínua: assim, dirá Husserl, no desenrolar do conteúdo todas as intenções de coisa que tendem para ela “encontram seu preenchimento *último*, e não resta mais nada a intencional” (*Ibid.*, p. 111).

IV.

Qual o regime husserliano do signo linguístico, nos textos que vão dos anos 1890 a 1894? Nas suas *Lições sobre a doutrina da significação*, são de 1908, Husserl irá censurar a “lógica antiga”, que segundo ele só conhecia “nomes”, por identificar as significações da linguagem aos objetos significados, ignorando a diferença entre objeto e significação, fazendo *tabula rasa* da distância evidente entre a objetividade *que* é significada e o *modo como* ela é significada (Husserl, 1987, p. 26). Mas esta mesma reprimenda é trivialmente válida também para a primeira doutrina husserliana do signo linguístico. Nessa doutrina, Husserl compreende o signo como um conceito de relação, isto é, o signo é um “conteúdo” que dirige nosso representar a algo de

outro, e este “algo de outro” é sempre o “designado” (*Id.*, 1979, p. 284). Esta relação entre o representante e o representado era então descrita por Husserl como sendo “clara”, a saber, na passagem de um termo ao outro existe apenas uma associação habitual. Se um “signo exterior” é aquele que não tem nada a ver com o conceito particular do designado, para o qual ele apenas aponta sem, contudo, caracterizar, o signo no “sentido estrito” é sempre um signo conceitual. Nesse caso, temos uma “marca distintiva” (*Merkmal*) do objeto que serve de signo desse objeto e o caracteriza (*Id.*, 1970, p. 341). Uma marca distintiva é sempre um conteúdo parcial do objeto que, por sua relação ao todo, serve para determinar esse objeto. Logo, é no mesmo sentido que um conceito é signo de seu objeto e que a torre Eiffel “simboliza” Paris (*Id.*, 1979, p. 98). Assim, a significação de um “nome próprio”, que é “signo direto” de seu objeto, consiste em que ele nomeia um objeto determinado. Mas os “nomes gerais” são signos “indiretos” de seus objetos, visto que os designam pela “mediação” de marcas distintivas conceituais. E, se nesse caso é preciso separar o que o signo “significa” e o que ele “designa”, é apenas porque o nome geral refere-se a uma pluralidade de objetos. Nessa “mediação”, todo nome geral é signo de cada um dos objetos que ele envolve, em virtude de sua “co-designação” (*Id.*, 1970, p. 340). E, como nos signos conceituais as marcas distintivas, que constituem o seu “conteúdo”, também estão inscritas nos objetos designados, aqui é o “semelhante” que serve para a re-presentação (*Repräsentation*) do “semelhante” (*Id.*, 1979, p. 290). O conceito é, portanto, uma espécie de “imagem” de seus objetos.

Formulando a questão no léxico da primeira *Investigação lógica*, o Husserl dos anos 1890 a 1894 não conhecia “signos expressivos”, mas apenas “signos indicativos”, que “designam”, mas não “significam” (*Ibid.*, 1984, p. 30). É nesse domínio do signo indicativo, ou do mero reenvio associativo de algo presente a algo ausente, que as *Investigações lógicas* alojarão, explicitamente, as “marcas distintivas”, que formavam, para o jovem Husserl, o “conteúdo” do signo no seu sentido “estrito” (*Ibid.*, p. 31). Como o Husserl deste primeiríssimo período opunha, absolutamente, o domínio da “intuição” à esfera da “re-presentação”, esses dois âmbitos incomunicáveis de nossa *Vorstellung* eram vistos como interiormente homogêneos. Assim, é no mesmo sentido que, no plano da linguagem, o signo linguístico *reenvia* ao objeto designado, ou, no domínio de nossa vida perceptiva, o lado intuído do objeto *reenvia* aos lados não dados ou simplesmente visados, sem que haja qualquer conhecimento “conceitual” dessa relação (Husserl, 1979, p. 107). O lado “dado” do objeto é “signo indicativo” dos seus lados “não dados”. Se Husserl considerava, neste momento, “extremamente notável” que possamos ter consciência, “de alguma maneira”, daquilo de que não se tem consciência, “de nenhuma maneira” (*Ibid.*, p. 120), a “intencionalidade”, nome próprio deste mistério, era, na verdade, apenas um apelido a mais para o império absoluto e, até então, incontestado, dos “signos indicativos”.

Considerando os textos até hoje publicados, é em suas lições de lógica, de 1896, que Husserl reconhecerá, pela primeira vez, a necessidade imperiosa de se distinguir entre, por um lado, o “conteúdo de significação” de um conceito e, por outro, o seu “objeto” (*Id.*, 2001, p. 54). Se, à “primeira vista”, a significação da expressão “o mais sábio dos atenienses” parece ser “Sócrates”, esta interpretação da vida dos signos é agora apresentada por Husserl como trivialmente “incorreta”. O algo de “objetivo” que é exprimido na expressão e que permanece “idêntico”, não é o objeto real Sócrates, mas sua mera “representação em sentido objetivo”, quer dizer, sua “significação”. As representações não se diferenciam segundo seus objetos, e basta considerar a expressão “o mestre de Platão” para reconhecer a diferença entre significação e objeto, bem como a existência de uma pluralidade de significações referidas a um mesmo objeto. Husserl chamará esta significação de *Materie* do conceito – o mesmo nome que, nas *Investigações lógicas*, ele reservará ao núcleo dos atos intencionais.

O que motivou esta transição, aparentemente abrupta, dos “signos indicativos” aos “signos expressivos”? E de onde brotou a “evidência” que levará Husserl a formular a tese segundo a qual, no plano da linguagem, se um objeto *deve* ser significado, então ele *precisa* ser significado em algum *modo* determinado? (*Id.*, 1987, p. 35). A descoberta da noção de significação, no plano de nossa linguagem, será inevitavelmente generalizada para o domínio dos atos intuitivos, que não colocam um problema distinto daquele da expressão linguística, e onde as intenções “vazias” da linguagem devem encontrar seu preenchimento, como sempre por “coincidência”. Este movimento marca a data de nascimento do conceito husserliano de “fenômeno”.

V.

A primeira doutrina husserliana da “intuição” e da “re-presentação” trazia consigo uma dificuldade patente, relativa tanto à nossa experiência concreta quanto à sua expressão em uma linguagem. No plano da experiência, seja na “percepção momentânea”, em que o lado dado do objeto reenvia associativamente aos lados não dados, seja na “percepção contínua”, em que se obteria a doação integral do objeto, este jogo rudimentar de uma intuição exclusivamente “sensível”, dirigida invariavelmente a objetos individuais, isolados entre si e nunca inseridos em um mundo de objetos, não tinha meios para dar conta do que há de “categorial” em nossa experiência efetiva. Este componente categorial, por sua vez, não podia ser expresso em uma linguagem, dado o que Husserl entendia então por “signo”. Não existe “gramática” no domínio dos “signos indicativos”, que só comportam “nomes” ou signos “categoremáticos”, e estes não podem exprimir relações, nada de categorial (Husserl, 2005, p. 53). Mas, já em 1894, ano da publicação de seus *Estudos psicológicos*, redigidos no ano anterior, Husserl começara a se perguntar se é certo mesmo que a

diferentes partes de uma significação corresponde um objeto diferente, reconhecendo então que “nem sempre” partes de uma significação correspondem ao todo de um objeto, ou mesmo a uma de suas partes (Schuhmann, 1977, p. 42). A doutrina da “figuração” (*Abbildung*) do objeto por seu conceito, consagrada no período de 1890 a 1893, começava a entrar em eclipse.

Husserl leu *Sobre o conteúdo e objeto das representações*, de Twardowski no ano de publicação da obra, em 1894 (*Ibid.*). Apesar das várias restrições a este ensaio, condensadas na resenha que publica em 1896, os textos mostram claramente que Husserl herdou dali algumas ideias nucleares, na verdade já rascunhadas por Bolzano. No fundo, foi Twardowski quem acordou Husserl de seu “sono dogmático”, o mito de que teríamos acesso à “coisa mesma”. O que estava no centro do trabalho de Twardowski era precisamente o que existe de “categorial” em nossa experiência, bem como as consequências disso para a sua expressão no plano da “representação”. Twardowski observava que nenhum objeto se reduz às suas “partes materiais”, mas inclui ainda “partes formais”. Essas partes formais apontam para “relações”, e estas são tanto as relações de cada parte singular do objeto ao objeto como um todo, quanto as relações dessas partes entre si (Twardowski, 1977, p. 50). Ora, se os objetos envolvem partes formais, pensar que o trajeto que vai do “conteúdo” representante ao “objeto” representado seria de “semelhança fotográfica”, é coisa que, segundo Twardowski, só pode ser atribuída a uma “psicologia primitiva” (*Ibid.*, p. 64). Mais ainda, é inevitável que exista uma pluralidade de “representações” para cada objeto. Pois, como nenhum objeto é simples no “sentido estrito” da palavra, visto que todo objeto entra em relações com outros objetos, relações que são constituintes autênticos de cada objeto, e como essas relações são em número ilimitado, segue-se que nenhuma representação expõe todos os constituintes de seus objetos, todas elas estão condenadas à parcialidade, à “inadequação” e à convivência inevitável com inúmeras outras representações do mesmo objeto (*Ibid.*, p. 70). Sendo assim, é por princípio que cada objeto é sempre representável por múltiplos “conteúdos”, que Twardowski já identificava a “significações”.

Nas lições de lógica de 1896 já era esta “evidência”, apontada por Twardowski, que levava Husserl a considerar Sócrates do ponto de vista “categorial”, segundo suas diferentes “relações”, ora como o “mais sábio dos atenienses”, ora como “o mestre de Platão”, distinguindo, então, a “significação” do “objeto”, e reconhecendo a existência de uma pluralidade de significações referidas a um mesmo objeto. Em 1898, a mesma “evidência” será explicitamente estendida para o domínio das “representações intuitivas”. Representações intuitivas de “conteúdo” diferente, reconhece Husserl, podem visar o mesmo objeto (Husserl, 1979, p. 426). A noção de fenômeno recebia, com isso, sua certidão de nascimento. Estava trilhado o caminho

que levaria à tese, enunciada nas *Investigações lógicas*, de que também no plano dos atos intuitivos a referência objetiva só é *a priori* possível em um *modo* determinado (*Id.*, 1984, p. 430). Este “conteúdo” da representação intuitiva será identificado ao que seria a “significação” *no* fenômeno.

Um trabalho que Husserl publica nos *Brentano Studien*, em 1900, ecoa Twardowski de maneira ainda mais ruidosa. Um objeto “simples”, garante Husserl ali, “tem ele também relações infinitamente numerosas, portanto propriedades (externas) infinitamente numerosas, em que se fundam representações compostas infinitamente numerosas do mesmo objeto” (*Id.*, 1993, p. 347). Mas, se é assim, a ideia de “ponto de vista” terá de mudar, ela não dirá mais respeito à “nitidez” com que se apreende um objeto. Dora-vante, será preciso reconhecer que, se existem múltiplos “pontos de vista” para se apreender um mesmo objeto, é porque

existem numerosas espécies de significações diferentes relativamente à mesma objetividade, ... que não exprimem nenhuma riqueza interna em momentos propriamente objetivos, mas apenas a riqueza em formas de relação, em pontos de vista e em orientações do conhecimento (*Ibid.*, p. 342).

Agora, o conceito não pode mais ser visto como uma “imagem” que copia seus objetos, pois não existe imagem do “categorial”. Por isso, se significações diferentes podem representar o mesmo objeto, elas “absolutamente não o refletem” (*Ibid.*, p. 344). Se, antes, o lado dado do objeto sinalizava, indicativamente, os lados não dados, agora, ao contrário, o “fenômeno significa” seu objeto (*Id.*, 1973, p. 107). Com isso, a exposição (*Darstellung*) do objeto em uma significação ou fenômeno não terá mais nada a ver com qualquer efigie sensível. Daí a glosa e a semi-homenagem que, no primeiro livro de *Ideias*, Husserl fará ao que ele chama de “belo tratado de Twardowski”: “Todo noema tem um ‘conteúdo’, isto é, seu ‘sentido’, e se refere, por meio dele, a ‘seu’ objeto” (*Id.*, 1950, p. 316).

Em 1898, o reconhecimento deste sistema relacional graças ao qual cada objeto singular se insere no interior de um *mundo* de objetos, levava Husserl a enunciar uma tese, formulada então com inconfundível sotaque leibniziano, que já trazia em germe algo que, muitos anos depois, ele desenvolveria como a doutrina da intencionalidade de horizonte: “O conhecimento absolutamente completo de não importa qual coisa”, assegura Husserl, “inclui o conhecimento do mundo inteiro”; e, respectivamente, “toda coisa reflete, de seu ponto de vista, o mundo inteiro” (*Id.*, 1979, p. 339). Um prenúncio evidente da tese segundo a qual nossa consciência de cada objeto singular pressupõe, arqueologicamente, a consciência de um “mundo” de objetos, e de que esse mundo se expõe, de alguma maneira, em cada um de seus “fragmentos” (Husserl, 1962, p. 165). Mas, se é assim, a ideia de um preenchimento “último” ou definitivo precisa ser descartada, e a doação “adequada” da coisa só poderá mesmo se tornar uma

“ideia situada no infinito”. Desde 1898, ano da descoberta do fenômeno, Husserl reconhece que a “doação completa” de uma coisa, antes ingenuamente apresentada como possível, na verdade não passa de um “ideal” irrealizável (*Id.*, 2004, p. 203). Portanto, na *Krisis* Husserl não errara a data: tinha sido mesmo “por volta de 1898” que a noção de “fenômeno” estreara na cena de sua filosofia. Mas, o caminho percorrido foi, efetivamente, o inverso do ali sugerido: as “verdades surpreendentes” da fenomenologia é que depois suscitaram a apologia da “evidência ingênua”, segundo a qual vemos as coisas tais como elas nos *parecem*.

Neste nosso mundo, que sempre apreendemos categorialmente, *toda* consciência tem, por isso mesmo, um “conteúdo de significação” (*Bedeutungsgehalt*), seja na linguagem, seja na intuição (*Ibid.*, p. 269). Das significações *na* linguagem às significações *nos* fenômenos intuitivos, a distância é do vazio ao pleno, do menos determinado ao mais determinado. Em todo caso, a significação se reporta ao que há de categorial na experiência. Em diferentes significações ou em diferentes fenômenos, o objeto se expõe de um modo categorialmente distinto (*Id.*, 1987, p. 45). Não reconhecia Husserl, *nas Investigações lógicas*, a existência de uma intuição simples e exclusivamente sensível, situada aquém do categorial? Mas, essa distinção meramente analítica entre intuição sensível e intuição categorial não pode mascarar o fato de que nossa experiência *efetiva* é sempre, ao mesmo tempo, sensível e categorial. Por isso, as *Investigações lógicas* reconheciam explicitamente que toda intuição sensível tem já o caráter de um ato categorial (*Id.*, 1984a, p. 709). Aliás, se o tempo é a forma essencial dos objetos individuais, todo ser temporal envolve uma síntese e é, por isso mesmo, de “natureza categorial” (*Id.*, 1984b, p. 273). Neste domínio dos seres temporais, ter uma intuição singular não significa, de forma alguma, apreender um objeto como dado, visto que a relação ao objeto só existe se a intuição singular conduzir a uma “conexão categorial” de intuições (*Id.*, 1987, p. 190). Por isso mesmo, em cada uma de suas fases temporais o objeto “sensível” já se oferece segundo um “fenômeno” distinto nos diferentes modos de sua “significação” (*Id.*, 2004, p. 239-299).

Husserl tampouco deixa de sublinhar que todo e qualquer “significar” é uma apreensão “conceitual” de seu objeto (*Id.*, 2005, p. 292). Nesta apreensão, se ela for conceitual, existe sempre uma “generalidade”. Mas a generalidade da significação *no* fenômeno não se confunde nem com a generalidade do conceito linguístico, nem com aquela da “essência”. O conceito verbal é menos determinado que a significação *no* fenômeno, e a generalidade da essência dissolve o “ponto de vista” que é constitutivo da significação. A generalidade da significação *no* fenômeno deve preservar a diferença de “modos de doação”, que justamente a define. Portanto, se, com a doutrina do “preenchimento” intuitivo das significações *da* linguagem, Husserl ecoava a primeira parte do lema kantiano, conceitos sem intuição são vazios, com a doutrina da significação *nos* fenômenos ele respondia à segunda parte do lema, intuições

sem conceito são cegas — e isso, antes mesmo que o elemento conceitual da linguagem obtivesse qualquer papel nesta trama. Sendo assim, “por volta de 1898”, quando nasce a noção de “fenômeno”, o “intuicionista” Husserl acabara de inventar, na verdade, uma radical filosofia do conceito. Antes da linguagem expressa, nossas “intuições” já soletram as “significações” ou “conceitos” de seus objetos. E essas significações só podem ser infinitas, visto que não existe *quididade* em que elas se limitem, neste universo democraticamente relacional no qual vivemos. Dado o estrito paralelismo entre as significações *na* linguagem e *nos* fenômenos, Heidegger tinha alguma razão, em seu comentário das *Investigações lógicas*: nós não falamos o que vemos, nós vemos o que falamos (Heidegger, 1979, p. 75). Se é assim, aquele período “por volta de 1898”, quando considerado na perspectiva da história da fenomenologia, tinha sido, de fato, bastante pródigo.

Referências bibliográficas

- Heidegger, M. (1979). *Prolegomena zur Geschichte des Zeitbegriffs*, Gesamtausgabe, Vol. 20. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann.
- Husserl, E. (1950). *Ideen zu einer reinen Phänomenologie und phänomenologischer Philosophie*. Erstes Buch. Husserliana, III. Haag: M. Nijhoff.
- _____. (1962). *Die Krisis der europäischen Wissenschaften und die transzendente Phänomenologie*. Husserliana, VI. Haag: M. Nijhoff.
- _____. (1970). *Philosophie der Arithmetik*. Husserliana, XII. Haag: M. Nijhoff.
- _____. (1971). *Ideen zu einer reinen Phänomenologie und phänomenologischer Philosophie*. Drittes Buch, Husserliana, V. Haag: M. Nijhoff.
- _____. (1973). *Ding und Raum – Vorlesungen 1907*. Husserliana, XVI. Haag: M. Nijhoff.
- _____. (1979). *Aufsätze und Rezensionen (1890-1910)*. Husserliana, XXII. Haag: M. Nijhoff.
- _____. (1984). *Logische Untersuchungen*. Zweiter Band, Erster Teil. Husserliana, XIX/1. Haag: M. Nijhoff.
- _____. (1984a). *Logische Untersuchungen*. Zweiter Band, Zweiter Teil. Husserliana, XIX/2. Haag: M. Nijhoff.
- _____. (1984b). *Einleitung in die Logik und Erkenntnistheorie – Vorlesungen 1906-1907*. Husserliana, XXIV. Haag: M. Nijhoff.
- _____. (1987). *Vorlesungen über Bedeutungslehre – Sommersemester 1908*. Husserliana, XXVI. Haag: M. Nijhoff.
- _____. (1993). *Sur les objets intentionnels 1893-1901*. Paris: Vrin.

- _____. (2001). *Logik – Vorlesungen 1896*: Husserliana, Materialien, I. Dordrecht: Kluwer.
- _____. (2004). *Wahrnehmung und Aufmerksamkeit*. Husserliana, XXXVIII. Dordrecht: Springer.
- _____. (2005). *Logische Untersuchungen – Ergänzungsband Zweiter Teil*. Husserliana, XX/2. Dordrecht: Springer.
- Schuhmann, K. (1977). *Husserl-Chronik*. Husserliana - Documente, Vol. I. Haag: M. Nijhoff.
- Twardowski, K. (1977). *On the Content and Object of Presentations*. Haag: M. Nijhoff.